

De 9 de julho de 1999 até 24 de agosto de 2003

Nomeada em comissão de serviço para o cargo de Chefe de Divisão de Modernização e Qualidade.

IV. Atividade Profissional

Participação e Coordenação de Projetos na área do Desenvolvimento Organizacional

a) No Ministério da Administração Interna

Participação na elaboração das leis orgânicas do Ministério da Administração Interna e da Secretaria-Geral;

Coordenação do Projeto – “SGMAI – SERVE— Conceção e Operacionalização da partilha de serviços comuns no MAI”;

Participação no Grupo de Trabalho para estruturação do SIADAP Serviços, no âmbito do MAI;

Lançamento e Coordenação do Projeto de Qualificação— Programa MAIS, no âmbito do MAI;

Lançamento e Coordenação de Grupos de Trabalho temáticos no MAI, ao nível do desenvolvimento organizacional (planeamento, avaliação, qualidade e inovação);

Dinamização e participação do “Grupo de Benchmarking das Secretarias-Gerais da AP”, em funcionamento desde 2010;

Interlocutora do MAI para o Programa Simplex, desde abril de 2013;

Formadora dos módulos de Planeamento Estratégico e Avaliação na AP e de Inovação e Qualidade, do curso de formação profissional, Curso de Aperfeiçoamento: Desenvolvimento Organizacional na AP, SGMAI, desde outubro de 2010;

Regente e Docente nas Unidades Curriculares de Qualidade e Inovação na AP e de Avaliação e Planeamento de Programas e Projetos na AP, da Pós-Graduação em “Avaliação e Desenvolvimento Organizacional na AP, ISCTE-IUL, desde abril de 2010;

Coordenação transversal na implementação ferramenta de autoavaliação organizacional – Common Assessment Framework (CAF) no âmbito de vários organismos do MAI.

b) No Ministério da Economia e da Inovação Participação na elaboração das leis orgânicas do Ministério da Economia e da Secretaria-

-Geral do Ministério da Economia, acompanhando, ainda, os projetos legislativos de leis orgânicas dos serviços reestruturados e criados no âmbito do MEc;

Participação na implementação do modelo de Prestação Centralizada de Serviços – PCS, integrando os gabinetes dos membros do Governo, Serviços sem estrutura administrativa própria e diversos Serviços da Administração Direta do Estado do MEc;

Participação em grupos de trabalho para implementação da Reforma da Administração Pública no âmbito do Ministério;

Participação e coordenação do projeto-piloto para implementação do Sistema de Gestão da Qualidade, segundo a norma NP EN ISO 9001:2000.

207693562

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso (extrato) n.º 3891/2014

Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, torna-se público que a Lista de Antiguidade do Pessoal da Carreira de Investigação e Fiscalização do mapa de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna, referente a 31 de dezembro de 2013 se encontra disponível para consulta.

Da referida lista cabe reclamação, a deduzir nos termos e prazos estabelecidos nos artigos 96.º e 98.º do citado decreto-lei.

13 de março de 2014. — O Coordenador do Gabinete de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

207688881

Listagem n.º 18/2014

Subsídios concedidos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras — Ministério da Administração Interna, no 2.º Semestre de 2013, em conformidade com o estabelecido no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 26/94, de 19 de agosto.

Entidade	Valor do pagamento	Despacho de autorização	Data do despacho
Conselho Português para os Refugiados	37.691,67	Diretor Nacional	19-07-2013
Conselho Português para os Refugiados	38.342,28	Diretor Nacional	08-08-2013
Conselho Português para os Refugiados	37.194,39	Diretor Nacional Adjunto	24-09-2013
Conselho Português para os Refugiados	27.473,38	Diretor Nacional	11-10-2013
Conselho Português para os Refugiados	27.473,38	Diretor Nacional	21-11-2013
Conselho Português para os Refugiados	772,40	Diretor Nacional	20-12-2013
Conselho Português para os Refugiados	27.473,38	Diretor Nacional	20-12-2013
Conselho Português para os Refugiados	38.106,78	Diretor Nacional	20-12-2013
Conselho Português para os Refugiados	1.736,43	Diretor Nacional	20-12-2013
<i>Total</i>	236.264,09		
Associação Comunidade S. Tomé e Príncipe	6.791,53	Diretor Nacional	19-07-2013
Associação Comunidade S. Tomé e Príncipe	7.180,64	Diretor Nacional Adjunto	20-08-2013
Associação Comunidade S. Tomé e Príncipe	6.238,17	Diretor Nacional Adjunto	18-09-2013
Associação Comunidade S. Tomé e Príncipe	5.173,68	Diretor Nacional	16-10-2013
Associação Comunidade S. Tomé e Príncipe	9.678,31	Diretor Nacional	22-11-2013
Associação Comunidade S. Tomé e Príncipe	5.564,34	Diretor Nacional	17-12-2013
<i>Total</i>	40.626,67		
Associação Cultural Moinho da Juventude	9.182,36	Diretor Nacional	19-07-2013
Associação Cultural Moinho da Juventude	8.025,10	Diretor Nacional Adjunto	20-08-2013
Associação Cultural Moinho da Juventude	7.405,74	Diretor Nacional Adjunto	18-09-2013
Associação Cultural Moinho da Juventude	6.059,12	Diretor Nacional	16-10-2013
Associação Cultural Moinho da Juventude	10.380,09	Diretor Nacional	22-11-2013
Associação Cultural Moinho da Juventude	10.386,80	Diretor Nacional	17-12-2013
<i>Total</i>	51.439,21		
Associação Unidos de Cabo Verde	5.614,85	Diretor Nacional	19-07-2013
Associação Unidos de Cabo Verde	5.678,70	Diretor Nacional Adjunto	20-08-2013
Associação Unidos de Cabo Verde	6.524,61	Diretor Nacional Adjunto	18-09-2013
Associação Unidos de Cabo Verde	4.515,83	Diretor Nacional	16-10-2013
Associação Unidos de Cabo Verde	7.663,91	Diretor Nacional	22-11-2013
Associação Unidos de Cabo Verde	4.452,32	Diretor Nacional	17-12-2013
<i>Total</i>	34.450,22		

Entidade	Valor do pagamento	Despacho de autorização	Data do despacho
Serviço Jesuíta aos Refugiados	34.673,59	Diretor Nacional	19-07-2013
Serviço Jesuíta aos Refugiados	34.735,14	Diretor Nacional Adjunto	25-07-2013
Serviço Jesuíta aos Refugiados	7.229,57	Diretor Nacional Adjunto	20-08-2013
Serviço Jesuíta aos Refugiados	33.851,87	Diretor Nacional Adjunto	18-09-2013
Serviço Jesuíta aos Refugiados	11.148,80	Diretor Nacional	14-10-2013
Serviço Jesuíta aos Refugiados	32.208,31	Diretor Nacional	16-10-2013
Serviço Jesuíta aos Refugiados	5.574,40	Diretor Nacional	22-11-2013
Serviço Jesuíta aos Refugiados	55.573,91	Diretor Nacional	13-12-2013
Serviço Jesuíta aos Refugiados	29.850,83	Diretor Nacional	17-12-2013
<i>Total</i>	244.846,42		
Organização Internacional para as Migrações (OIM)	112.500,00	Diretor Nacional Adjunto	25-07-2013
Organização Internacional para as Migrações (OIM)	834,27	Diretor Nacional Adjunto	22-10-2013
Organização Internacional para as Migrações (OIM)	1.924,74	Diretor Nacional Adjunto	22-10-2013
<i>Total</i>	115.259,01		
Associação Solidariedade Imigrante	8.749,34	Diretor Nacional	19-07-2013
Associação Solidariedade Imigrante	8.767,32	Diretor Nacional Adjunto	20-08-2013
Associação Solidariedade Imigrante	8.955,65	Diretor Nacional Adjunto	18-09-2013
Associação Solidariedade Imigrante	8.930,03	Diretor Nacional	16-10-2013
Associação Solidariedade Imigrante	15.575,82	Diretor Nacional	22-11-2013
Associação Solidariedade Imigrante	8.711,81	Diretor Nacional	17-12-2013
<i>Total</i>	59.689,97		
Associação Brasileira de Portugal	2.408,78	Diretor Nacional	19-07-2013
Associação Brasileira de Portugal	2.391,70	Diretor Nacional Adjunto	20-08-2013
Associação Brasileira de Portugal	2.349,00	Diretor Nacional Adjunto	18-09-2013
Associação Brasileira de Portugal	2.408,78	Diretor Nacional	16-10-2013
Associação Brasileira de Portugal	3.276,40	Diretor Nacional	22-11-2013
Associação Brasileira de Portugal	2.391,70	Diretor Nacional	17-12-2013
<i>Total</i>	15.226,36		
<i>Total Geral</i>	797.801,95		

13 de março de 2014. — O Diretor Nacional, *Manuel Jarmela Palos*.

207686791

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Conselho dos Oficiais de Justiça

Aviso n.º 3892/2014

Para os devidos efeitos, faz-se público que o Conselho dos Oficiais de Justiça deliberou, em 13 de fevereiro de 2014, por unanimidade, delegar no senhor Presidente deste Conselho, Dr. Pedro de Lima Gonçalves, os poderes constantes do art.º 112.º, n.º 1, do Dec. Lei n.º 343/99, de 26/08, que aprovou o Estatuto dos Funcionários de Justiça:

- Ordenar inspeções extraordinárias;
- Instaurar inquéritos e sindicâncias.

Mais deliberou, igualmente, por unanimidade, que o senhor Presidente fica com a faculdade de subdelegar no senhor Vice-presidente, Dr. Vítor Manuel Leitão Ribeiro, os poderes que lhe são delegados.

O Conselho deliberou, ainda, por unanimidade, ratificar, nos termos do disposto no art.º 112.º, n.º 2, daquele diploma legal, desde já, todos os atos que venham a ser praticados pelo senhor Vice-presidente, Dr. Vítor Manuel Leitão Ribeiro, desde 13 de fevereiro de 2014 até à publicação do respetivo *Aviso*.

24 de fevereiro de 2014. — O Presidente, *Pedro de Lima Gonçalves*.
207686491

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.

Despacho n.º 4181/2014

A TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S. A., com sede no Edifício 25, Aeroporto de Lisboa, 1704-801 Lisboa, requereu uma au-

torização para a exploração de serviços aéreos regulares extracomunitários, na rota Lisboa — Tânger — Lisboa.

Tendo a requerente cumprido os requisitos exigíveis para o efeito, determino, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 116/2012, de 29 de maio, no uso das competências delegadas pelo Conselho Diretivo do INAC, I. P., conforme subalínea *i*) da alínea *d*) do n.º 2.2, da Deliberação n.º 70/2012, publicada na 2.ª série do D.R. n.º 15, de 20 de janeiro de 2012, o seguinte:

1 — É concedida à empresa TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S. A., uma autorização para a exploração de serviços aéreos regulares extracomunitários, na rota Lisboa — Tânger — Lisboa.

2 — Pela concessão da presente autorização são devidas taxas, de acordo com o estabelecido no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 116/2012, de 29 de maio e artigo 2.º da Portaria n.º 464/92, de 5 de junho.

30 de janeiro de 2014. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Paulo Alexandre Soares*.

207591826

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Direção-Geral de Energia e Geologia

Contrato (extrato) n.º 198/2014

Publica-se o extrato do contrato de prospeção e pesquisa de águas minerais naturais, numa área situada no concelho de Vila Real, celebrado em 1 de fevereiro de 2013 ao abrigo dos artigos 9.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 90/90 e artigo 4.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 86/90, ambos de 16 março.

Titular dos direitos: FR3E-ENERGIA E NOVAS OPORTUNIDADES, LDA.